

Identificada doutrinariamente como a proteção de pessoas, bens e ambiente, a proteção civil constitui a afirmação de uma ampla política de segurança, que encontra o seu fundamento jurídico na Constituição e na obrigação dos poderes públicos de garantirem por um lado o direito à vida e à integridade física dos cidadãos e por outro, uma eficaz coordenação intersectorial.

A grandeza e a superior importância dos valores que estão em jogo em situações de emergência, assim como as necessidades que se geram ao nível da direcção estratégica, convertem a proteção civil fundamentalmente numa questão de organização, de renovação e de formação.

A área da proteção civil é uma área em rápido crescimento e desenvolvimento, o que resulta do facto incontornável de que não podem existir sociedades resilientes sem se garantir a segurança das pessoas, a protecção da propriedade, das infra-estruturas e do ambiente.

Torna-se necessário assegurar permanentemente a sua capacidade de antecipar, reagir, absorver perturbações, recuperar de crises, reorganizar-se sem nunca entrar em rotura, mantendo o essencial das suas funções e estrutura.

Estes são alguns dos desafios futuros da proteção civil, não esquecendo a sua participação na estratégia de segurança interna que constituirá certamente uma evolução marcante no seu futuro.

É assim determinante desenvolver e adotar estratégias dirigidas para as áreas da prevenção, preparação, resposta, assistência a pessoas e outros seres vivos em perigo, protegendo a propriedade, as infra-estruturas, os valores culturais e ambientais ou de elevado interesse público, aprontando os futuros técnicos de proteção civil para as mais variadas aptidões.

Represento neste Fórum duas Escolas Privadas, a Escola Profissional Gustave Eiffel e o Instituto Superior de Educação e Ciências - ISEC Lisboa.

Ambas com três objetivos semelhantes.

A de que todo o ensino deve conduzir a uma qualificação profissional, orientada pelas necessidades do País, contribuindo para o desenvolvimento qualificado, integrado e harmonizado da educação profissional e superior em Portugal.

A afirmação de uma Escola de qualidade, através do seu envolvimento em novos territórios educativos, designadamente no domínio da educação cívica dos cidadãos, com especial relevo para a sua proteção, a proteção do património e do ambiente, e o aperfeiçoamento de estratégias educativas considerando o capital humano, através da atribuição se uma elevada prioridade à aprendizagem ao longo da vida.

A promoção e o desenvolvimento do ensino e da investigação científica, com elevados padrões de qualidade e exigência e fomentando o sentido da cooperação e a consciência da dimensão colectiva e interdependente da cidadania.

O impacto devastador dos desastres naturais ou provocados pelo homem dão relevo especial à informação e à formação. As pessoas precisam de se adaptar a novas ameaças, a novas realidades e riscos que a própria sociedade tem vindo a gerar.

Para fazer face a estes novos “velhos” eventos com causas multifacetadas é essencial cada vez mais a existência de técnicos com formação multidisciplinar e abrangente.

No entanto é bom reconhecer que teremos sempre de levar em linha de conta que não há técnicos nem gestores na área da proteção civil, sem uma muito próxima cooperação com a Escola Nacional de Bombeiros onde é possível, graças à inovação tecnológica que a atual equipa de Direção da Escola tem sabido construir e disponibilizar sendo mesmo referência Europeia, adquirir conhecimentos sobre temas práticos essenciais que devem fazer parte dos planos de estudos do ensino profissional e superior.

A proteção civil é hoje uma área do saber, agregadora do conhecimento de múltiplas ciências, que permite organizar a compreensão sobre os fenómenos naturais, tecnológicos, sociais ou complexos e as suas consequências, numa abordagem global e sistémica, tentando especificar as suas inter-relações tendo em vista a tomada de decisões fundamentadas, estimulando e aprofundando o conhecimento avançado nomeadamente sobre liderança, comportamento humano, gestão da comunicação, do risco e dos desastres.

A continuação da qualificação dos recursos humanos é indispensável para a modernização e a resiliência da sociedade, tentando suprir a falta de formação transversal nesta área, com especial atenção para a inovação e a investigação,

Constitui assim linha de ação fundamental, e este é seguramente um desafio para a próxima década, a consolidação de práticas de investigação que não sendo fáceis de concretizar a curto prazo, são necessárias para consolidar a proteção civil como ciência, porque esta área do saber ainda é cientificamente emergente.

Há portanto um vasto caminho a percorrer ao nível do ensino mais avançado, que começará sobretudo por uma forte produção de conhecimento científico, orientado para a proteção civil até porque alguma da investigação realizada tem sido dirigida fundamentalmente para os fenómenos naturais mas sem grande inter-relação com a complexa área da proteção da vida e do comportamento humano.

Consolidar as instituições de ensino profissional e superior, gerando uma maior proximidade entre universidades, institutos politécnicos, escolas profissionais, escolas operacionais, empresas e instituições públicas de relevância nesta área, revela-se inevitável de modo a que o conhecimento possa ser aplicado de forma mais qualificada e sobretudo ordenada sem repetições de conteúdos programáticos desnecessários em ciclos de estudos diferenciados.

Propomos até que neste domínio a Autoridade Nacional de Proteção Civil tenha um papel muito mais interventivo, ao contrário do que tem acontecido, regulando e certificando antecipadamente os cursos profissionais e superiores para que todos cumpram os preceitos que permitam uma harmonização do ensino, de acordo com a realidade técnica e operacional do sistema, fomentando a troca permanente de informação e que se garanta em cada um destes níveis de formação, a aquisição de várias certificações profissionais.

Somos mesmo a favor de que a Autoridade Nacional de Proteção Civil e o Ministério da Administração Interna, apoiem de forma inequívoca e sem complexos, as Instituições de Ensino que têm feito da área da proteção civil e socorro uma sua aposta estratégica e que não andam ao sabor das conveniências do mercado.

É que o País não pode dispensar nunca a formação profissional e superior nesta área, de absoluta necessidade para a sua segurança e resiliência a fenómenos extremos.

O País não se pode lembrar da proteção civil e socorro só quando precisa. O País não são só incêndios florestais... proteção civil é algo muito mais complexo...E nesta matéria o País não pode andar ao sabor de estados de alma de quem quer que seja.

O País precisa de mais técnicos com capacidades no campo da gestão das organizações, da gestão de equipas multidisciplinares, em aspetos jurídicos relacionados com responsabilidades administrativas, com o comportamento humanos, com recursos económicos interligados com a importância da prevenção e mitigação dos riscos, com o ordenamento do território, com a gestão da resposta

multiagentes às emergências, com a gestão pós desastres, com a recuperação da sociedade e com uma imensidão de outros conhecimentos que se pretendem sistematizados e padronizados.

Programas harmonizados e integrados entre os vários níveis de aprendizagem e ciclos de estudo que garantam uma formação evolutiva e apropriada, são instrumentos insubstituíveis e essenciais para formar técnicos devidamente especializados, em várias categorias, que possam responder aos novos desafios, às novas ameaças e às novas verdades.

Para isso também é necessário simplificar os processos de atualização dos cursos já existentes e já acreditados, pensados num tempo que já não é o tempo de hoje.

É bom compreender que a Proteção Civil se constitui como um processo contínuo pelo qual todos os indivíduos, grupos e comunidades devem gerir os perigos num esforço para evitar ou para amenizar o impacto resultante da sua concretização.

A proteção civil é uma área dinâmica sempre em sobressalto onde os conhecimentos de amanhã são diferentes dos conhecimentos de hoje, onde a realidade de amanhã é diferente da realidade de hoje.

Porque o mundo está permanentemente a mudar... porque o mundo está todos os dias em mudança... Um mundo cheio de raiva, de ódios, de vinganças, onde a arrogância, a ignorância e a incompetência teimam em se vulgarizar... Num mundo em que 45 países se encontram em guerra... Num mundo onde num ano 50 milhões de pessoas abandonaram as suas moradas... Num mundo onde a ONU recorda os 25 anos de existência do campo de refugiados de Daban... com 500.000 pessoas alojadas, sem nacionalidade no meio de um deserto...

É necessário encontrar outro caminho. E no caminho de outro caminho quanto mais avançamos no tempo, mais estamos sujeitos a eventos igualmente complexos, que vão determinar na próxima década, uma preocupação mais agregadora... a Segurança Humana, abarcando as atividades de proteção civil, de proteção e socorro, de segurança interna, de ordenamento do território, do ambiente e de um

novo tipo de cooperação alargada e centrada nos fluxos migratórios, nos refugiados, nos deslocados.

Por isso a formação nos vários níveis de ensino, tem de poder acompanhar estas realidades e estas mudanças, necessitando de se atualizar sem entrar em processos burocráticos imensos, parametrizados em normas administrativas que só permitem mudar para que tudo fique quase na mesma.

É imprescindível simplificar para permitir aos cursos ou ciclos de estudos existentes, modernizar as suas disciplinas os seus módulos, as suas unidades curriculares e os seus programas quando se tornar necessário, desde que daí não advenha qualquer prejuízo para os seus alunos.

É que a realidade não é ficção e a segurança dos cidadãos não se compadece com burocracias.

A evolução, a inovação, a criatividade e a investigação, para fazer face a sociedades em constante mutação não consentem cursos que se pretendem virados para o mundo do trabalho e para a realidade do país, reféns de normativos que ontem já estavam ultrapassados, nesta área em constante mutação.

Precisamos de simplificação, que nos trará obviamente mais responsabilidades, mas precisamos sobretudo de liberdade para inovar... a muito curto prazo... ou então andaremos sempre atrás do prejuízo... com efeitos que podem ser a termo, devastadores para o País e para os seus cidadãos.

Minhas Senhoras e Meus senhores

Uma sociedade livre de riscos... não é um sonho... é uma utopia...

A Proteção civil é um caminho profissional de futuro transversal a toda a sociedade.

E o que sabemos é que a nossa sociedade evolui para uma silenciosa certeza, que avança ao mesmo tempo que vivemos... Teremos no futuro um grande desastre, com grandes danos...

Por isso é necessário seguir em busca de um destino mais seguro... e isso só se alcança com... Conhecimento, Tecnologia, Inovação e Investigação Científica... mas também com esperança.

Todos temos uma missão neste Planeta e as nossas Escolas também... E essa missão chama-se progresso para a resiliência...

O Estado tem um papel imprescindível neste progresso através da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Basta para isso que desde já a base de recrutamento e seleção para os técnicos do sistema de proteção civil e socorro a nível nacional, regional e municipal seja pensada numa lógica de competência e especialização e seja simplesmente cumprida a legislação em vigor.

Porque mais competência trás consigo maior confiança... e maior confiança é sinónimo de melhor segurança.

Se assim for evoluiremos mais, mais depressa e daremos ao sistema e à sociedade, melhores quadros e mais ciência.

Que este Fórum seja o início duma reflexão sobre o futuro da organização de proteção civil e sobre a formação dos seus quadros.

**QUE ORGANIZAÇÃO DE PROTEÇÃO CIVIL PARA A PRÓXIMA DÉCADA...
UM DEBATE NECESSÁRIO E INSUBSTITUÍVEL...**

Paulo Gil Martins
22 Novembro 2016